

cadernos

IHU  
ideias

A GRANDE  
POLÍTICA  
EM NIETZSCHE  
E A POLÍTICA  
QUE VEM EM  
AGAMBEN

Márcia Rosane Junges

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



# A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben

## *Nietzsche's great politics and Agamben's coming politics*

Márcia Rosane Junges  
UNISINOS

### Resumo

Com este artigo propomos algumas reflexões acerca da grande política, de Nietzsche, e da política que vem, de Agamben, problematizando uma possível hegemonia da economia sobre a política. A partir desse horizonte, até que ponto o niilismo reativo nietzschiano se expressa atualmente em uma apatia política fundamentada na sacralização de instituições como Estado, lei, autoridade e mercado, conforme Giorgio Agamben em *Profanações*? Finalmente, haveria algum nexo entre a sacralização do mercado e uma consequente hegemonia da economia sobre a política?

**Palavras-chave:** política, niilismo, apatia, sacralização do Estado.

### Abstract

In this paper we propose some reflections on Nietzsche's great politics and Agamben's coming politics, discussing a possible hegemony of economics over politics. From this context, we would like to inquire 'till what extent the political apathy of Nietzschean reactive nihilism is based on Giorgio Agamben's "sacredness of institutions" of his work *Profanities*, such as State, Law, Authority and Market? Finally, we would like to ask if it is some connection between the consecration of the market and a consequent hegemony of economics over politics?

**Keywords:** politics, nihilism, apathy, sacralization of the State.

cadernos **IHU** ideias

# **A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben**

Márcia Rosane Junges

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

ano 12 • nº 210 • vol. 12 • 2014 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

**www.ihu.unisinos.br**

**Cadernos IHU ideias**

Ano XII – Nº 210 – V. 12 – 2014

ISSN 1679-0316 (impresso)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling - Unisinos

**Conselho editorial:** MS Caio Fernando Flores Coelho; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Neves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** MS Caio Fernando Flores Coelho

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Editoração eletrônica:** Rafael Tarcísio Forneck

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

# A GRANDE POLÍTICA EM NIETZSCHE E A POLÍTICA QUE VEM EM AGAMBEN

Márcia Rosane Junges

UNISINOS

## Aproximações e distanciamentos

Nietzsche e Agamben são dois pensadores importantes para compreendermos os tempos em que vivemos, e especialmente a política, mais do que nunca convertida em uma biopolítica. Além desse deslocamento de perspectiva, a política tradicional demonstra sinais de esgotamento e perda de efetividade. Frente à economia, ela cumpre um papel secundário, refém que está das decisões do capital financeirizado na condução das decisões.

Em Agamben, a política pode ser pensada a partir de dois grandes eixos, quais sejam, a exceção e a *oikonomia*, conforme acentua em *O reino e a glória* (AGAMBEN, 2011). Em Nietzsche, um dos pontos centrais de seu pensamento político é a crítica à democracia liberal, que por sua vez encontrará uma conexão no conceito de governamentalização da vida, desenvolvido por Michel Foucault. Este autor inspira o conceito de *oikonomia* como governo da vida em Agamben.

Assim, acreditamos que, se para Nietzsche a política contemporânea está vazia, gira em falso e ouve seu próprio eco num processo de apequenamento e degenerescência, isso acontece porque foi reduzida à *oikonomia*, isto é, ao governo da vida, obediente ao sistema capitalista que impele ao consumo e ao eterno desespero de desejar e alimentar uma “vida a crédito”.

Se pensarmos com Agamben que consumir não é um ato de uso, mas sim um ato de destruição, o capitalismo nos coloca diante do improfanável. De toda sorte, adverte o pensador, “a profanação do improfanável é a tarefa política da geração que vem” (AGAMBEN, 2007, p. 79). Nesse sentido, o que talvez nos caiba fazer é formularmos uma recusa à normatização da maquinaria biopolítica que produz “em escala planetária” a vida nua utilizável, consumível e sacrificável (BAZANELLA, ASSMANN, 2013, p. 164) desde os começos, nas origens da tradição política civilizatória ocidental. Seja nos totalitarismos ou nas democracias da modernidade, Agamben localiza a mesma matriz bio-

política constitutiva do poder soberano. Portanto, é preciso retirar “a assinatura de sacralidade do modelo secularista da modernidade que mantém esferas de poder e instituições inacessíveis ao poder real do povo” (RUIZ, 2013b). À vida nua devemos contrapor a profanação como forma de resistência, através da qual podemos “tentar uma nova política, um novo ser humano, uma nova comunidade, pensando e promovendo o avesso da vida nua, a potência da vida, e a vida humana como potência de ser e de não ser” (AGAMBEN, 2007, p. 8-9).

Nesse sentido, retirar do templo, profanar, é devolver ao uso comum, fazer das coisas um novo uso. E é nessa seara que pensamos a profanação da política em Agamben como dissonante ao jugo do poder econômico. Em *Profanações*, o filósofo turinense escreve que “da mesma forma que a *religio* não mais observada, mas jogada, abre a porta para o uso, assim também as potências da economia, do direito e da política, desativadas em jogo, tornam-se a porta de uma nova felicidade” (Ibid., 2007, p. 67). Em *A comunidade que vem*, acentua que “é na figura desse mundo separado e organizado através dos *media*, em que a forma do estado e da economia se compenetraram, que a economia mercantil tem acesso a um estado de soberania absoluto e irresponsável sobre a vida social inteira” (AGAMBEN, 2013, p. 7). Por sua vez, quando empreende sua denúncia feroz “à sociedade de massas, de produtores e apáticos consumidores, controlados em suas energias vitais, controlados em sua condição de vida e morte, Nietzsche descortina o horizonte biopolítico do(s) próximo(s) século(s)” (BAZANELLA, ASSMANN, 2013, p. 21-22). Nesse sentido, “que formas a vida humana pode assumir num contexto de mundo marcado pela hegemonia de um fundamentalismo ‘democrático’ de mercado” (Ibid., 2013, p. 21-22)?

Uma das articulações filosóficas possíveis em Agamben e Nietzsche é a afirmação da vida em seus matizes trágico e profano como obra de arte. Assim, brotam inquietantes as ideias da grande política, através da transvaloração dos valores, e da política que vem, através da profanação, como convites a um pensar que nos ajude a vislumbrar outro horizonte, uma outra vida, na qual a hegemonia do mercado e sua mediocridade estejam ameaçadas e onde haja espaço para uma política revigorada e que compreenda a centralidade da vida em sua forma trágica e profana, como resistência ao apequenamento.

Se Nietzsche tributava a Heráclito a importância e a gênese de seu conceito de devir, Agamben bebe na mesma fonte ao ponderar que perdemos a arte de viver, isto é, a infância, “lugar primeiro da mais séria profanação da vida, como já fora anunciado pelo Zarathustra de Nietzsche” (AGAMBEN, 2007, p. 13). Matizado por cores nietzschianas, Agamben escreve que “no limiar da zona de não conhecimento, Eu deve abdicar de suas propriedades, deve comover-se. E a paixão é a corda estendida entre

nós e Genius, sobre a qual caminha a vida funâmbula” (Ibid., 2007, p. 19).

### **Crítica à democracia**

A crítica de Nietzsche endereçada à democracia liberal do século XIX igualou esse sistema a uma mentalidade de rebanho, expressão de fraqueza e decadência, amesquinamento da humanidade, embotamento da vontade de poder e nivelamento por baixo. Nietzsche compreendia a democracia liberal como uma transposição política do cristianismo paulino. No contexto da morte de Deus como um dos principais eventos da modernidade, o filósofo apontava a reificação da democracia como uma extensão secular das estruturas filosóficas e tradicionais então colocadas sob suspeita. Acirrava-se a configuração da dinâmica niilista do Ocidente. Ao apagar o horizonte com uma esponja, ao ter as mãos sujas do sangue de Deus e ao entrar nas igrejas e delas se aperceber como tumbas da divindade, o homem moderno entra em colapso. Porém, mais do que diagnosticar o niilismo e prever como um sismógrafo o terremoto dos próximos dois séculos, Nietzsche saudava esse fenômeno como necessário para que o espírito de gravidade e a moral de rebanho fossem soterrados. Em seu lugar deveriam vir o além do homem e uma moral de senhores expressa na existência trágica, no *amor fati*, no eterno retorno e na construção da vida como obra de arte. Suas críticas fundamentais expressas ao mencionar a grande política são os ideais modernos, o problema dos valores e a pequena política como sua consequência.

Calcados naquilo que George Brandes nomeou como radicalismo aristocrático, os alicerces do ideário político nietzschiano foram fundados em conceitos oriundos da Grécia arcaica. Nesse sentido, há duas ideias fundamentais. A primeira delas é a justiça trágica, tributária de uma moral agonística e que primava pela hierarquização e competição e pelo embate entre inimigos respeitáveis. O segundo conceito é a excelência, ou *areté*, dada por nascimento. Contudo, sua filosofia não clamava por um retorno de uma política nos moldes gregos arcaicos. Sua concepção compreendia uma política revigorada, na qual a cultura ocuparia posição privilegiada, alicerçada pela vontade de poder. Nesse sentido, Nietzsche cunha a terminologia “grande política” como o expediente capaz de se contrapor ao niilismo característico da pequena política democrática que se disseminava pela Europa no final do século XIX. Sua grande política é uma espécie de contradiscurso à modernidade político-moral e de todo cortejo de radical homogeneização e apequenamento do homem que a acompanha.

Nietzsche compreendia que a unilateralidade político-moral característica do Ocidente está sedimentada na dinâmica deca-

dencial presente desde um dos embriões dessa cultura, qual seja, a judaico-cristã, cujo prolongamento se dá em movimentos sociopolíticos como a democracia. A unilateralidade dessa perspectiva, que através do *instinto judeu*, segundo Nietzsche, se consagrou como a única válida, é algo pernicioso. Isso porque retira a possibilidade do combate, do enfrentamento e promove uma aniquilação das diferenças. Dentro desse processo niilista deve ser compreendido aquilo que o filósofo apontou como o “processo de homogeneização dos europeus”, ou ainda, tornar igual a partir da exclusão das diferenças. O movimento democrático, diz Nietzsche, contém “a mesma dinâmica de extermínio do conflito por meio do extermínio das diferenças implícita em seu princípio básico. O movimento democrático, por meio da igualdade, possui a mesma lógica utilizada pelos judeus para continuar sobrevivendo como nação, com o supremo objetivo de conservação” (VIESENTEINER, 2006).

Para Nietzsche, a concepção de política ideal “é aquela que a vê como um meio para um fim: a produção de cultura e de grandeza humana” (PEARSON, 1997, p. 21). Quando nossa concepção fica subjugada pelas preocupações com o poder material, diz que nos tornamos incapazes de acrescentar à existência qualquer sentido espiritual ou cultural. O além do homem vem para transcender esse tipo decadente de homem, liderando não uma revolução política no sentido comum do termo, da pequena política cotidiana, mas uma modificação global nos campos da educação e da cultura, uma avaliação da utilidade, do motivo pelo qual a sociedade existe e nela estamos inseridos. Em última análise, não existe, em Nietzsche, um projeto político específico, mas sim uma saída cultural para o problema social.

Por outro lado, ponderamos que, se para Nietzsche o alvo da cultura é a vinda do além do homem, fica claro que sua linha filosófica filia-se ao aristocratismo. Como observa Oswaldo Giacoia, esse aristocratismo não significa anulação do outro e, muito menos, seu extermínio. Nietzsche tinha em mente a importância da alteridade na existência trágica, basta lembrar sua insistência em afirmar os princípios apolíneo e dionisíaco como fundamentais, bem como do conceito de “inimigo”, ao modo das disputas da época grega, com o *agon*. Entretanto, é preciso admitir que esse posicionamento tem na hierarquização e na meritocracia dois pontos constitutivos, e daí advém toda uma série de objeções que se colocam em contraposição à democracia, por exemplo.

Tomando em consideração as ideias políticas de Nietzsche, propomos uma reflexão sobre sua pertinência no século XXI, problematizando-as com o pensamento filosófico de Giorgio Agamben. Assim, nos perguntamos se haveria umnexo entre a pequena política democrática que Nietzsche deplorava e a ascensão na modernidade de um governo sem centro, indistinto,

cujo “príncipe”, em última instância, é o mercado. Até que ponto a “vontade de nada”, ou seja, o niilismo reativo apontado pelo filósofo alemão, encontraria sua tradução na apatia política e no niilismo político frente à convalescença da política tradicional, que ora vivenciamos? Em que medida essa apatia política é conveniente a um governo biopolítico, versado na condução do estado de exceção e no jugo do *homo sacer*, figura paradoxal e ambígua, insacrificável e matável, concomitantemente? Até que ponto essa apatia política tem a ver com a sacralização de instituições como Estado, mercado, lei e autoridade, como propõe Giorgio Agamben? Outra questão que nos inquieta trata das possíveis aproximações que podemos inferir entre a grande política de Nietzsche e a política que vem, de Agamben. Nessa lógica, haveria um nexos entre a transvaloração dos valores e a categoria de profanação?

No artigo *Giorgio Agamben, controvérsias sobre a secularização e a profanação política*, Castor Bartolomé Ruiz frisa que “a sacralização do real tem consequências éticas e políticas graves porque retira das pessoas a potência do agir transferindo-a para outras instâncias que não alcança” (RUIZ, 2013b). Para Agamben, a pretensão da secularização de aproximar a realidade social e política do povo fracassou porque a secularização manteve intacto o dispositivo da sacralidade dentro das instituições, só que agora de forma secular. “Os espaços modernos secularizados permanecem atravessados pela assinatura da sacralidade; neles não há espaço para a democracia real. A democracia é incompatível com a administração biopolítica e as formas corporativas de governo” (Ibid, 2013b).

As formas políticas, afirma Agamben, “continuam vivas como formas vazias, mas a política tem hoje a forma de uma ‘economia’, a saber, de um governo das coisas e dos seres humanos” (AGAMBEN, 2013). A consequência dessa transferência da assinatura do sagrado para política é que esta “funciona como um espetáculo religioso mal disfarçado” (DICKINSON, KOTSKO, 2013). Para isso, basta observarmos o quão “sagrados” se tornaram certos espaços e figuras políticas com o passar dos anos. Em *O reino e a glória*, o filósofo turinense menciona que “todos os conceitos decisivos da moderna doutrina do Estado são conceitos teológicos secularizados” (AGAMBEN, 2011, p. 14).

Agamben (2013b) pontua que o capitalismo não é somente uma secularização da fé protestante, como acentuava Max Weber. Hoje, o capitalismo é o próprio fenômeno religioso, “que se desenvolve de modo parasitário a partir do cristianismo”. Em Benjamin, o capitalismo é a religião da modernidade. Tal “religião” não visa a uma redenção da humanidade, mas sua destruição, uma vez que investe suas forças na culpa e no desespero. O filósofo italiano aponta que o banco é uma “máquina de fabricar e gerir crédito” que toma o lugar da igreja, “e ao governar o

crédito, manipula e gere a fé – a escassa e incerta confiança – que o nosso tempo ainda conserva em si” (Ibid., 2013b).

Para Agamben, a soberania e o governo são os mecanismos fundantes daquilo que nomeia como a máquina política do Ocidente. E no centro dessa máquina está o *arcanum imperii*, a herança teológica da glória da qual derivam as democracias contemporâneas. Essas máquinas agambenianas, cujo centro está vazio e que giram no vazio, têm nessa característica uma das condições de sua eficácia. Por certo, Agamben recorre à obra *Segurança, território e população*, de Foucault, para estabelecer uma relação de governamentalidade econômica com o cristianismo e o pastorado, indo buscar suas raízes na *oikonomia* trinitária dos primeiros séculos. Teria sido, então, o trono vazio do qual fala o filósofo, ocupado pelo mercado hegemônico, preponderante inclusive sobre a política?

Aqui compete recorrermos ao conceito de dispositivo, que Agamben também retoma de Foucault. A função dos dispositivos é, precisamente, a de capturar o vivente, dando lugar, por meio dessa captura, aos processos de subjetivação e de des-subjetivação. Nesse sentido, afirma o filósofo italiano que não seria errado definir a fase extrema do desenvolvimento capitalista que vivemos como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos. A respeito desse processo, não se trata nem de suprimir os dispositivos, nem de imaginar-se ingenuamente um bom uso, mas de profaná-los. Em *Meios sem fim*, Agamben acentua que

o que está em jogo é outra coisa e mais extrema, pois se trata de assumir como tarefa a pura e simples existência fática dos povos, quer dizer, em última análise, sua vida nua. Nessa perspectiva, os totalitarismos de nosso século constituem verdadeiramente a outra cara da ideia hegel-kojeviana de um fim da história: o homem alcançou seu *télos* histórico e só fica a despolitização das sociedades humanas por meio do destaque incondicional do reino da *oikonomia* ou a assunção da própria vida biológica como tarefa política suprema (1996a).

Para compreendermos o laço que pensamos existir entre o niilismo reativo diagnosticado por Nietzsche, que tem na secularização das instituições sagradas um de seus pilares, e a hegemonia do mercado que intuímos a partir das ideias de Agamben, pensamos ser pertinente a elucidação dos nexos entre grande política e justiça trágica.

## **Grande política e justiça trágica**

A fim de superar o niilismo, a grande política inspira-se em um modelo peculiar de justiça, a justiça trágica grega. Ao ques-

tionar-se se existe culpa, injustiça, contradição e sofrimento no mundo, Nietzsche diz que sim, mas apenas para os homens limitados. No aforismo 377, *Nós, os apátridas*, de *Gaia ciência*, o pensador afirma não ser desejável “que o reino da justiça e da concórdia seja fundado na Terra” (NIETZSCHE, 1981, p. 284), e que não deveriam ser ouvidos os brados de direitos iguais, sociedade livre e nivelamento social. Assim, precisamos atentar para o fato de que o conceito de justiça nietzschiano deve ser entendido dentro da lógica da existência trágica. Compreenda-se que o conceito de eterno retorno e o amor fati são fundamentais para captar essa concepção.

A justiça nietzschiana não é a mesma dos códigos positivos, mas sim uma justiça fundamentada no jogo das pulsões apolíneas e dionisíacas, capazes de expressar a incomensurabilidade da existência (MELO, 2004, p. 2). A moral dicotômica e maniqueísta cede espaço a um entendimento totalmente outro de justiça, isto é, a justiça trágica prima pelo retorno a uma naturalização do homem no sentido de uma superação constante de si, abrindo-se à autoconstrução, experimento, erro e alegria, mas alheio a qualquer noção de progresso (Ibid, 2004, p. 85). Para Nietzsche, a justiça trágica difere substancialmente da socrática, porquanto esta quer massificar, nivelar, tornar os indivíduos iguais e apagar suas diferenças. Com esses elementos entendemos que, quando Nietzsche critica a igualdade democrática, se refere àquilo que compreende como despersonalização e nivelamento por baixo que suscita.

Por sua vez, a justiça trágica preconiza o *agon* como fundamento último existencial, apondo à vida um caráter heroico, de autoconstrução e de luta para afirmar-se (Ibid, 2004, p. 16). A justiça trágica e o *agon* nietzschiano admitem derrotas, que fazem parte da facticidade do devir (Ibid., 2004, p. 16), e há um eterno recomeçar do jogo da vida, sem uma teleologia que se queira explicativa de todo esse processo.

A concepção trágica do filósofo, baseada no jogo e na luta, é tributária à “figura de Heráclito, que aponta igualmente um modo de se pensar a justiça tragicamente” (Ibid., 2004, p. 17). Não existe uma dualidade entre ser e devir – este último é o motor do mundo e “manifesta-se por uma luta polarizada de contrários” (Ibid., 2004, p. 17), que revelam a justiça eterna. Criando regras constantemente para domar tanto o monstruoso e o anômalo quanto o belo e o exuberante, o homem teórico, cujo maior expoente para Nietzsche era Sócrates, busca encaixar o mundo em fórmulas às quais pode acorrer quando necessário for, criando, assim, a falsa concepção de ter domado aquilo que é impossível domesticar – a vida em seu perecer e recomeçar. Diferente dessa justiça socrática, que unia a consciência e o saber à justiça da ação (Ibid., 2004, 29), a justiça trágica não possui conexões com a culpa e a responsabilidade.

Nietzsche entende o devir como inocente, como um jogo, e seu representante é Dionísio, a quem o filósofo contrapõe o Crucificado, representante da moral cristã de culpabilidade e de ressentimento. Por isso, a inocência do devir como tragédia é uma contraposição à teologia paulina e luterana (Ibid., 2004, p. 32). No lugar da redenção por meio de Deus, a redenção por meio da arte; ao invés do amor ao próximo, os valores heroicos; “em vez da teologia cristã da história, o devir de Heráclito; em vez da certeza da salvação, o *amor fati*” (Ibid., 2004, p. 32).

Evidentemente, esse entendimento de justiça difere daquele convencionado em nossas sociedades ocidentais, e, sobretudo, democráticas, e abre-se um abismo de dubiedades às quais os escritos nietzschianos estão sujeitos. Então, a grande política precisa ser compreendida no escopo de sua concepção de justiça trágica. Agora veremos em que medida o conceito de justiça trágica se aproxima do tipo de justiça intrínseca ao mercado globalizado.

### Uma política “colonizada” pela economia?

Corrigindo as teses de Michel Foucault e Hannah Arendt, Agamben escreve que a *oikos* e a *polis*, as duas formas tradicionais de governo, foram subvertidas pelo modo *oikonomico* de governar a *polis*. Enquanto a *política* tem como fundamento o autogoverno e a decisão soberana dos sujeitos, a *oikonomia* visa ao governo destes. O governo *oikonomico*, que remete à ideia aristotélica de “administração da casa” (AGAMBEN, 2011, p. 31) se caracteriza por objetivar a vida humana como elemento governável e fazer dos sujeitos meros seres vivos, objetos das estratégias de governo. Vale destacar, contudo, que a *oikos* não se refere à

casa unifamiliar moderna nem simplesmente a família ampliada, mas um organismo complexo no qual se entrelaçam relações heterogêneas, que Aristóteles distingue em três grupos: relações “despóticas” senhores-escravos (que costumam incluir a direção de um estabelecimento agrícola de dimensões amplas), relações “paternas” pais-filhos e relações “gâmicas” marido-mulher. O que une essas relações “econômicas” (cuja diversidade é sublinhada por Aristóteles) é um paradigma que poderíamos definir como “gerencial” (Ibid., 2011, p. 31).

Esse sentido gerencial fica mais claro em uma passagem de Marco Aurélio (Ibid., 2011, p. 33). Por outro lado, costuma-se atribuir a Paulo o primeiro uso do termo *oikonomia* em sentido teológico. Contudo, pondera Agamben, “uma leitura mais atenta das passagens em questão não confirma essa hipótese” (Ibid., 2011, p. 35) e acentua a importância da inversão do sintagma

paulino “economia do mistério” para “mistério da economia” naquilo que nomeia como “construção do paradigma econômico-trinitário” (Ibid., 2011, p. 53).

Agamben, como Arendt e Foucault, identifica na *oikos* clássica o modelo de governo objetivador que administra a vida humana, porém compreende que a genealogia da *oikonomia* não acontece como ruptura na modernidade, com o aparecimento do Estado e do mercado: ela foi, outrossim, se dando nos debates teológicos dos séculos II a V a respeito da teologia da Trindade divina e do modo como Deus governa o mundo.

Na abertura de *O reino e a glória*, Agamben esclarece que sua pesquisa quer “investigar os modos e os motivos pelos quais o poder foi assumindo no Ocidente a forma de uma *oikonomia*, ou seja, de um governo dos homens. Situa-se, portanto, no rastro das pesquisas de Michel Foucault sobre a genealogia da governamentalidade, mas procura, ao mesmo tempo, compreender as razões internas por que elas não chegaram a seu cumprimento” (Ibid. 2011, p. 9). Para esse pensador, o “dispositivo da *oikonomia* trinitária” serve como “um laboratório privilegiado para observar o funcionamento e a articulação (...) da máquina governamental” (Ibid. 2011, p. 9). Agamben procura demonstrar que da teologia cristã se originam “dois paradigmas políticos em sentido amplo, antinômicos, porém funcionalmente conexos” (Ibid., 2011, p. 13). Trata-se da teologia econômica e da teologia política:

a teologia política, que fundamenta no único Deus a transcendência do poder soberano, e a teologia econômica, que substitui aquela pela ideia de uma *oikonomia*, concebida como uma ordem imanente – doméstica e não política em sentido estrito – tanto da vida divina quanto da vida humana. Do primeiro paradigma derivam a filosofia política e a teoria moderna da soberania; do segundo, a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida social (Ibid, 2011, p. 13).

Quando os filósofos da economia política do século XVII, fisiocratas, mercantilistas e liberais procuram um paradigma de governo da riqueza e dos bens, utilizaram-se do paradigma *oikonomico* da teologia, através do qual Deus governa o mundo pela providência. Assim surgiu a economia política moderna, que no seu crescimento foi suplantando a política.

A diferença entre o paradigma teológico e o paradigma da economia política é que a teologia sempre tensionou a necessidade de preservar a liberdade humana como condição do governo da providência divina. Sem uma autêntica liberdade, livre arbítrio, não poderia haver responsabilidade humana, e como consequência não haveria nem salvação, nem possibilidade de condenação. Por isso, o paradigma *oikonomico* da

providência divina sempre teve que lidar com a aporia da afirmação da liberdade com fim em si mesmo e a necessidade do governo divino do mundo, sem conseguir resolver, até hoje, essa tensão. Por sua vez, a economia política moderna tem por objetivo governar a liberdade, que é o objeto de governo, reduzindo-a a um elemento da natureza que entra nos cálculos de previsibilidade.

Nesse significado genuinamente “governamental”, o paradigma impolítico da economia mostra igualmente suas implicações políticas. A fratura entre teologia e *oikonomia*, entre ser e ação, na medida em que torna livre e “anárquica” a práxis, estabelece ao mesmo tempo a possibilidade e a necessidade de seu governo.

Em um momento histórico que deixa à vista uma crise radical dos conceitos clássicos, tanto ontológicos quanto políticos, a harmonia entre o princípio transcendente e eterno e a ordem imanente do cosmo acaba rompida, e o problema do “governo” do mundo e de sua legitimação torna-se, em todos os sentidos, o problema político decisivo (Ibid., 2011, p. 81).

Na Idade Média, o mercado era o local privilegiado das discussões políticas e das negociações econômicas. Ali estava materializado o espaço onde ocorriam essas discussões e transações de compra e venda de produtos. Com a financeirização da economia em escala planetária, esta assume feições e um papel antes concedido somente a Deus. A ela é conferido um poder onipresente, já que abrange todos os países através de um sistema econômico internacional, interligado em termos globais. A economia assume, ainda, um caráter onisciente, tendo em vista que pauta todos os meandros das negociações entre os países. A onipotência é outra de suas prerrogativas, pois através de agências de risco pode “rebaixar” ou “elevar” países num ranking cujos resultados práticos são impiedosos, basta lembrarmos alguns episódios ligados à crise econômica mundial de 2008, que de certa forma se desdobra até nossos dias. Decisões políticas são tomadas a reboque dos acontecimentos econômicos, e verdadeiras catástrofes podem varrer um país em termos de carestia de produtos, desemprego, inflação e retração de investimentos. A política tradicionalmente constituída cede espaço a uma financeirização que suplanta a participação do sujeito. As pessoas, por saberem que seu voto não terá força suficiente para eleger um candidato que rompa com o interesse econômico e coloque interesses autênticos em seu lugar, desacreditam do processo político.

Castor Bartolomé Ruiz acentua que a política atual está centrada no governo da vida humana, ou na terminologia agambeniana, em um governo *oikonomico*, e por isso reforça seu caráter biopolítico. A democracia, escreve, tem sido redu-

zida a “um espetáculo midiático da indústria cultural” (RUIZ, 2012) e uma sombra autoritária ronda a biopolítica. Surgidos como efeitos das técnicas de governo e seus regimes de verdade, Estado e mercado se imbricam de maneira indissociável nas democracias ocidentais. Portanto, não nos parece mais possível delimitar com clareza onde termina o Estado e onde começa o mercado, tamanha é a simbiose entre ambos. “A economia política estabelece um novo regime de verdades que validará uma prática governamental não pela moralidade de seus objetivos, nem pelos valores éticos de seus meios, mas pela eficiência dos resultados. Estes independem daqueles” (Ibid., 2012). Mais adiante, acrescenta que “a economia política funciona como um espaço de verificação: um espaço produtor de verdades. Dessa forma, um setor significativo da atividade governamental ficará submetido a um novo regime de verdade cujo efeito principal é deslocar todas as questões éticas das técnicas de governo para a lógica da utilidade” (Ibid., 2012). O sofrimento humano não entra na contabilização das artes econômicas do governo, mas é, antes de tudo, considerado inevitável e um “mal necessário”. Aqui percebemos um ponto de convergência do mercado, que pensamos ser hegemônico, com a justiça trágica nietzschiana.

### O mercado hegemônico

Pensamos que a suposição de hegemonia do mercado que levantamos aponta, em última instância, para a concretização e o desdobramento de uma das formas de niilismo apontado por Nietzsche, qual seja, a desvalorização da política. Em seu lugar, instaura-se um império sem governantes específicos, sem rosto, um “não espaço físico”. Ao invés de se ocupar de uma mudança cultural do rumo da sociedade, a política foi tornada refém de uma mentalidade economicista, calcada no lucro, na exploração e na eficiência. E aqui acenamos para uma compreensão governamental da política em termos *oikonomikos*. Percebe-se uma crescente precificação das relações e a ascendência de uma racionalidade mercadológica que desconsidera o critério ético (SANDEL, 2012). Se estendermos mais o raciocínio economicista, chegaremos às *formas de vida* politicamente relevantes e àquelas formas de vida que podem ser abandonadas à própria sorte. No primeiro caso, trata-se dos consumidores, que têm um sentido e finalidade justificáveis “na relação custo e benefício que orienta a dinâmica da produção e do consumo, que rege o funcionamento e os interesses da economia global” (BAZANELLA, ASSMANN, 2013, p. 186). Já as vidas inúteis economicamente são matáveis sem que com isso se incorra em crime, afinal, elas não colaboram com o bom funcionamento do sistema econômico vigente. Assim, “toda socieda-

de – mesmo a mais moderna – decide quais sejam seus ‘homens sacros’” (AGAMBEN, 2004, p. 146).

Partindo dessas percepções, salientamos a pertinência de empreender um exame do pensamento político de Nietzsche à luz das ideias de Agamben, para refletirmos sobre a hegemonia do mercado surgida a partir da assinatura do sagrado que se imprimiu na política de nosso tempo, marcando-a pela inacessibilidade e pelo distanciamento e como uma expressão do niilismo reativo. Nesse sentido, questionamos se a categoria de profanação pode ser uma alternativa para restituir a política ao uso comum dos homens. Além disso, em que medida a potência-do-não, bem como a vontade de poder, seriam chaves para refletirmos sobre a “política que vem”, de Agamben, e a “grande política”, de Nietzsche?

Agamben menciona que já não se pode falar da “crise” econômica como algo isolado (AGAMBEN, 2013). Ela é, outrossim, o modo normal como opera o capitalismo neste século. Assim, valendo-se de expedientes como a biopolítica e o governo *oikonomico*, o sistema capitalista encontrou uma maneira eficaz de manter sob sua tutela as pessoas através de um mecanismo do qual é impossível escapar. “Deus não morreu, ele se tornou Dinheiro. O Banco – com os seus cinzentos funcionários e especialistas – assumiu o lugar da Igreja e dos seus padres” (AGAMBEN, 2013c), disse o filósofo. Em *O reino e a glória*, o filósofo recupera uma ideia de Erik Peterson, afirmando que, para esse autor, o paradigma “econômico” seria “parte integrante da herança judaica da modernidade, em que os bancos tendem a tomar o lugar do templo” (AGAMBEN, 2011, p. 89). E acrescenta: “Nossos bancos transformaram-se em templos, não são eles próprios que tornam evidente, na assim chamada ordem econômica, a superioridade do sacrifício sangrento do Gólgota e mostram a impossibilidade de salvar o que é histórico” (PETERSON, In: AGAMBEN, 2011, p. 89). De acordo com Bazanella e Assmann,

“estamos inseridos numa dinâmica de economização e judicialização integral da vida humana, acarretando a perda da capacidade de fazer experiências temporais vitalmente significativas que possibilitem a qualificação política das formas-de-vida em curso. Estamos num contexto de desvinculação do poder econômico e jurídico da política. Essa condição implica na impotência da política de colocar em jogo a busca do bem viver” (2013, p. 56).

Dessa forma, acrescentam,

o diagnóstico agambeniano, realizado à luz dos acontecimentos do século XX, confirma, à sua maneira, o niilismo denunciado por Nietzsche no século XIX. Para Agamben, a máquina antropológica, política e governamental ocidental

gira sobre o próprio eixo, gira no vazio em que a economia elevada à condição primeira de existência, se tornou um fim em si mesma, resultando no vácuo político existencial em que nos encontramos, 'produzindo', através da captura dos indivíduos pelos múltiplos dispositivos de segurança, de controle, de consumo a que as massas humanas estão submetidas (Ibid., p. 55).

O filósofo alemão reage à ideia moderna de que a felicidade seja alcançada através do consumo, e que este seja uma garantia do bem-estar. "Nietzsche entende essa visão economicista como mais uma das manifestações da moral de rebanho na busca desesperada de novas transcendências que lhes confirmem sentido e finalidade existencial, mesmo que isso signifique submeter a vida a uma pequena felicidade, ao rebaixamento do tipo humano" (Ibid., p. 179-180). Consumir sem parar é o "horizonte ontológico" da existência humana hoje, advertem os autores. Nesse contexto, "a economia elevada à condição de transcendência exige do homem moderno a administrabilidade de seu tempo vital como tempo dedicado à tarefa de produzir" (Ibid., p. 180), bem como a submissão a um "imperativo econômico que lhe exige a disponibilidade de recursos humanos para as tarefas de uso e consumo da vida na busca de pequenas felicidades" (Ibid., p. 180).

O vaticínio de Nietzsche sobre o deicídio cometido pelo "mais feio dos homens" concretiza-se numa sociedade em que a divindade muda de personificação e rende graças ao deus todo poderoso do mercado. O Louco que arremessa ao chão sua lanterna de Diógenes e se exaspera porque a mensagem que traz não é compreendida pelo povo, que se ri dele, está justamente na praça do mercado, local onde se davam os encontros, as trocas e os negócios desde a Antiguidade até a Idade Média. O mercado era considerado o lugar natural da metafísica (TÜRCKE, 1993), e a suma de toda metafísica era Deus. Paradoxalmente, esse local físico, palpável, emblemático por sua importância no cotidiano da *polis* e por sua representatividade filosófica e econômica, cedeu espaço a um mercado adjetivado como capitalista, cuja realidade é virtual, impalpável, mas que pode ser caracterizada pela produção de verdades.

Assim como a justiça trágica grega característica do pensamento político de Nietzsche, nos parece haver uma proximidade entre o mercado capitalista hegemônico, que não contém como prerrogativa o critério de justiça, de compaixão ou piedade. Ao contrário do mercado capitalista atual, o mercado medieval se pautava pelo preço justo, e não pela livre especulação. Os moldes clássicos de Aristóteles e São Tomás de Aquino de justiça distributiva material assentavam-se como alicerces do mercado no medievo. Isso definitivamente não acontece no modelo capitalista financeirizado.

Aristóteles havia formulado as categorias de valor, troca, dinheiro e riqueza a partir de um saber ético e político, submetido à metafísica, matriz organizadora do pensamento científico clássico. Por outro lado, em *A riqueza das nações*, Adam Smith fundamenta a criação da ciência econômica a partir do empirismo, separando e autonomizando seu objeto. Assim, a ciência de Smith separa-se da moral. “Esvaziada a política enquanto operador social pelo ser humano naturalmente sociável, a teoria moral e a ciência de Smith resistem em aceitar a instituição, por excelência, da *política*, que é o Estado. Seu papel na organização econômico-social tem acepção meramente administrativa, sobretudo para suprir o *vazio* de respostas consistentes que a sociedade – o conjunto dos indivíduos moralmente dotados – ainda não encontrou” (DRUMMOND, 2004, p. 19). Por fim, o mercado é convertido de instância-meio para instância-fim. “A racionalidade instrumental de instância-meio, que é a técnica do fazer econômico, autonomiza-se e substitui a racionalidade praxiológica de instância-fim, que são a moral e a política” (Ibid., 2004, p. 26).

A razão, que se metamorfoseou em racionalidade científica transformando-se em cálculo, é usada de modo instrumental, configurando uma racionalidade técnica que não fundamenta nada, senão sua própria operação. “O uso instrumental da razão, que muitos autores contemporâneos consideram uma falsa racionalidade, desloca valores, transpondo para os fins da razão o que antes eram simples meios de vida: a riqueza, o poder, o prestígio e outros que tais. Atinge-se, deste modo, o patamar do mundo totalmente administrado por uma razão que funciona sozinha e independente de qualquer subjetividade. A razão alienada de si, isto é, sem perspectiva humana, gera um mundo rico de bens, mas pobre de conteúdo humano” (AQUINO, In DRUMMOND, 2004). Tal razão instrumental alienada ganha uma configuração especial na razão instrumental do mercado, munida de uma força que “age, trabalha e produz as coisas, resulta na monopolização da racionalidade possível, não permitindo que nenhuma razão subsista fora dela. O indivíduo moderno sente, no seu mundo interior, a reverberação do antagonismo entre mercado e poder do Estado” (Ibid., 2004, p. 10). Como sabemos, em si, a economia é uma ordem de circulação de riquezas. Contudo, a economia política,

“na qual a economia estava posta a serviço da política, transformou-se pouco a pouco em simples economia, relegando a política a um papel subalterno. Havendo dissolvido a substância que esta ainda possuía, a economia passou a reinar absoluta com suas leis próprias, objetivas e racionais, isto é, leis que têm a razão de ser no próprio sistema produtivo, indiferentes aos desejos e às situações individuais” (Ibid., 2004, p. 10).

Bazanella e Assmann advertem que

a crítica de Nietzsche e Agamben atinge a profundidade constitutiva da proposta civilizatória ocidental em seu estágio moderno e contemporâneo, capitaneado por uma lógica econômica que se transformou num fim em si mesmo, e que por conta disso submete a política à condição de sua dinâmica e justificação. Modernidade e contemporaneidade que tem na racionalidade instrumental da técnica, a condição do pleno controle dos hábitos, dos costumes, da vida de bilhões de seres humanos, que habitam o campo de concentração global, com suas ilhas de prosperidade, de liberdade, de produção, de consumo, mas também de miséria, de violência e morte cotidiana de milhares de vidas nuas, de carne humana a ser consumida pela transcendência de mercado em seus fundamentos econômicos autojustificáveis, ou pela razão de Estado que opera na condição de estado de exceção, garantindo a ordem jurídica e social de produção da vida nua (2013, p. 30).

Instala-se, a partir disso, uma verdadeira “tentação do mercado”, um desejo exacerbado de consumo com um preço bem mais do que financeiro a ser pago, porquanto “desloca o consumidor dos extremos do gozo sem fim para o ‘meio’ instrumental, no qual ele é posto como instrumento a serviço do capital e da racionalidade do mercado” (DRUMMOND, 2004, p. 11). Nessa lógica, ao contrário dos aristocratas do futuro, dos filósofos legisladores “esperados” por Nietzsche, cuja moral aristocrática não reconhece o igualitarismo, teria tomado o seu lugar o mercado hegemônico, este também alheio a qualquer compromisso humanitário? A vontade de poder teria se convertido no oscilar das bolsas e nos humores das cotações do mercado, na vontade de acumulação e especulação financeira? Teria “o tipo mais altamente bem logrado, em oposição ao homem ‘moderno’, ao homem ‘bom’, aos cristãos e outros niilistas” (NIETZSCHE, 1978, p. 375) cedido lugar aos operadores e investidores da bolsa de valores?

Tal configuração nos parece ser a consecução de uma forma de niilismo, cujo poder microfísico reside, justamente, na potência econômica que lhe subjaz como fundamento. Nesse aspecto, esse “homo economicus”, paradigmático de nossa sociedade de mercado, parece estar muito longe do filósofo legislador nietzschiano, criador de uma nova era trágica. Também está há anos luz do sujeito da política que vem agambeniana enquanto “posicionamento crítico frente às formas biopolíticas perpetradas pelo Ocidente, a partir das cisões e fraturas originárias que constituem, sob o fundamento da linguagem, o mundo humano” (BAZANELLA, ASSMANN, 2013, p. 195).

Acreditamos que esse “homo economicus” pode, isso sim, ser considerado a personificação do último homem, motivo de zombaria na praça do mercado, protótipo do homem da modernidade, preocupado com seus pequenos confortos burgueses. Tal homem seria o servo de uma entidade espectral, “engrenagem ínfima no jogo de investimentos” (BARRENECHEA, 2003, p. 47), um autêntico homem de rebanho. “No domínio despótico da dinâmica economicista consumou-se totalmente a mediocrização do homem europeu, o triunfo do rebanho amorfo. Os investidores não exercem o poder, apenas acatam o domínio de uma força impessoal. Eis a total anemia da vontade, de força: *a mínima potência do exercício político*” (Ibid., 2003, p. 47).

Não são, portanto, “os indivíduos com nome e sobrenome que exercem o poder. Tampouco são as instituições e os grupos formalmente organizados. *São os jogos de investimentos que controlam o mundo*. Para além das decisões, supostamente executivas, dos centros burocráticos, dos governantes efetivos, age o jogo de apostas dos mercados computadorizados” (Ibid., 2003, p. 45). É o império da impessoalidade, do nada, ou do mercado guindado a um status hegemônico, caso nossa hipótese esteja correta. “Os homens são mansos produtores que não têm ninguém para contestar, não há ninguém para derrubar, já que a garantia desse sistema consiste em que o poder é invisível, anônimo e, portanto, inquestionável” (Ibid., p. 50).

Tendo essas ideias em vista, acreditamos que as filosofias de Nietzsche e Agamben têm muito a nos dizer e inquietar acerca do lugar e do futuro da política. Elas nos instigam a repensar o espaço que a economia, reduzida à *oikonomia*, preocupada com o governo e a administração útil e rentável da vida, assumiu frente à política.

## Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Benjamin e o capitalismo*. Artigo de Giorgio Agamben disponível em <http://bit.ly/121nELG>, acesso em 21-08-2013b.

\_\_\_\_\_. *“Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro”*. Entrevista disponível em <http://bit.ly/PtFLUn>. Acesso em 21-08-2013c.

\_\_\_\_\_. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* I. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Mezzi sena fine. Note sulla politica*. Torino: Boltti Boringhieri, 1996a.

\_\_\_\_\_. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha: homo sacer* III. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Política del exilio*. Archipiélago. Cuadernos de crítica de la cultura: Barcelona, Nº 26-27, 1996b.

\_\_\_\_\_. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARALDI, Clademir. *Nilismo, criação, aniquilamento: Nietzsche e a filosofia dos extremos*. São Paulo; Ijuí: Discurso; Editora UNIJUÍ, 2004.

ÁVILA, Remedios. *Identidad y tragedia*. Nietzsche y la fragmentación del sujeto. Barcelona: Crítica, 1999.

BARRENECHEA, Miguel. *Nietzsche: memória trágica e futuro revolucionário*. In: A fidelidade à terra. Arte, natureza e política. Assim falou Nietzsche IV. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAZANELLA, Sandro. ASSMANN, Selvino. *A vida como potência a partir de Nietzsche e Agamben*. São Paulo: LiberArs, 2013.

BAZANELLA, Sandro. *A centralidade da vida em Nietzsche e Agamben frente à metafísica ocidental e a biopolítica contemporânea*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2010.

*A vida como potência a partir de Nietzsche e Agamben*. São Paulo: LiberArs, 2013.

BOLTON, Rodrigo Karmy. *Agamben leitor de Averroes e as condições de uma "política da inoperosidade"*. Entrevista concedida a Márcia Junges. Revista **IHU On-Line** ed. 430, 21-10-2013, disponível em <http://bit.ly/HdaPKg>, acesso em 22-10-2013.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben. Uma arqueologia da potência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. *Governar no Ocidente é exercer o poder como exceção*. Entrevista concedida a Márcia Junges, Revista **IHU On-Line**, ed. 343, 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/1aqgaVL>, acesso em 04-10-2013.

\_\_\_\_\_. *O poder e a vida nua. Uma leitura biopolítica de Giorgio Agamben*. In: O (des)governo biopolítico da vida humana. São Leopoldo: Casa Leiria, 2011.

\_\_\_\_\_. *Totalitarismos e democracia e seu nexó político em Agamben*. Entrevista concedida a Márcia Junges, Revista **IHU On-Line**, ed. 420, 27-05-2013, disponível em <http://bit.ly/13pFDMW>, acesso em 04-10-2013.

COLLI, Giorgio; MONTINARI, Mazzino (Org.). *Nietzsche Werke: Kritische Gesamtausgabe*. Berlin: Walter de Gruyter, 1967-2000. 8 v.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche Briefwechsel: Kritische Gesamtausgabe*. Berlin: Walter de Gruyter, 1975-2004. 4 v

COSTA, Flavia. *Lampedusa: o estado de exceção que se tornou a regra*. Entrevista concedida a Márcia Junges. Notícias do Dia 09-10-2013, disponível em <http://bit.ly/GNBDQj>, acesso em 21-10-2013.

D'AGOSTINI, Franca. *Lógica do nihilismo*. Dialética, diferença, recursividade. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

DETWILER, Bruce. *Nietzsche and the politics of aristocratic radicalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

DICKINSON, Colby. KOTSKO, Adam. *Agamben e a estreita relação entre filosofia e teologia*. Entrevista concedida a Márcia Junges, Revista **IHU On-Line**, ed. 427, 16-08-2013, disponível em <http://bit.ly/17BqqN4>, acesso em 04-10-2013.

DOMINGUIS, Jesús Pons. Nietzsche y la bio(zoo)política. Red de investigadores de biopolítica. CL. Universidad de Valencia. Disponível em <http://bit.ly/17GniSA>, acesso em 18-11-2013.

DRUMMOND, Arnaldo Fortes. *Morte do mercado. Ensaio do agir econômico*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

FINK, Eugene. *A filosofia de Nietzsche*. 2. ed., Lisboa: Presença, 1988.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. Michel; MARCHETTI, Valerio; SALOMONI, Antonella. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FUMAGALLI, Andrea. LUCARELLI, Stefano. *Valorização e financeirização no biocapitalismo cognitivo*. In: O (des)governo biopolítico da vida humana. São Leopoldo: Casa Leiria, 2011.

GIACÓIA Jr., Oswaldo. *Nietzsche*. São Paulo: Publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche como psicólogo*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche x Kant*. São Paulo: Casa do Saber, 2012.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche & Para Além de Bem e Mal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Anticristo e o romance russo*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche. O humano como memória e como promessa*. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. O Platão de Nietzsche – o Nietzsche de Platão. São Paulo, *Cadernos Nietzsche*, n. 3, p. 23-36, 1997.

\_\_\_\_\_. *O que resta de Auschwitz e os paradoxos da biopolítica em nosso tempo*. Entrevista concedida a Márcia Junges. Revista **IHU On-Line**, 21-08-2013, disponível em <http://bit.ly/17227VY>, acesso em 04-10-2013.

\_\_\_\_\_. *Sobre técnica e humanismo*. São Leopoldo: Impressos Portão, 2004 (**Cadernos IHU Ideias**, n. 20).

HALÉVY, Daniel. *Nietzsche, uma biografia*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

HATAB, Lawrence J. *A Nietzschean Defense of Democracy. An Experiment in Postmodern Politics*. Illinois: Open Court Publishing Company, 1995.

\_\_\_\_\_. *Genealogia da moral de Nietzsche. Uma introdução*. São Paulo: Madras, 2010.

HEIDEGGER, Martin. *Nietzsche – Metafísica e Niilismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

IHU On-Line. *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*. Revista **IHU On-Line**, ed. 343, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/jDM2zU>, acesso em 04-10-2013.

IHU On-Line. *O (des)governo biopolítico da vida humana*. Revista **IHU On-Line**, ed. 344, de 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/mNI9Ks>, acesso em 04-10-2013.

LAZZARATO, Maurizio. *A fábrica do homem endividado*. Editora Amsterdã. No prelo.

\_\_\_\_\_. *Biopolítica/bioeconomia*. In: Poder, normalização e violência. Incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUISETTI, Federico. Nietzsche's orientalist biopolitics. *Red de investigadores de biopolítica*. CL. Universidad de Valencia. Disponível em <http://bit.ly/hXwSO9>, acesso em 18-11-2013.

MACHADO, Roberto. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. 3. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche e a verdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal*. Origens e evolução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MATOS, Fernando Costa. *Nietzsche, perspectivismo e democracia*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELANIE, Shepard. Bare Life and Political Fiction: Nietzsche, Agamben, and Biopolitics. Disponível em <http://bit.ly/17ERUht>, acesso em 18-11-2013.

MELO, Eduardo Rezende. *Nietzsche e a justiça*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2004.

MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. *A doutrina da vontade de poder em Nietzsche*. São Paulo: Annablume, 1997.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. *Agamben e o horizonte biopolítico como terreno de escavação*. Entrevista concedida a Márcia Junges, Revista **IHU On-Line**, ed. 420, de 27-05-2013, disponível em <http://bit.ly/Zr0AK2>, acesso em 04-10-2013.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Hemus, 1981.

\_\_\_\_\_. *A genealogia da moral*. São Paulo: Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. *A origem da tragédia*. São Paulo: Moraes, [s/d].

\_\_\_\_\_. *Assim falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ecce Homo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos Finais*. Brasília; São Paulo: UNB; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

\_\_\_\_\_. *Friedrich Nietzsche. A “Grande Política” – Fragmentos*. Introdução, seleção e tradução Oswaldo Giacóia Jr. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Tragédia de Sófocles*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. (Os Pensadores). *Nietzsche. Obras Incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PEARSON, Keith Ansell. *Nietzsche como pensador político*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

POTHEN, Philip. *Pygmalion, Agamben and the myth of nietzschean aestheticism*. Philip Pothen Circle, 2006. Disponível em <http://bit.ly/19Ab3Bq>, acesso em 18-11-2013.

REVISTA Instantes y Azares – Escrituras Nietzscheanas. Año XII, N. 10, Otoño de 2012.

ROCCA, Adolfo Vásquez. *Sloterdijk, Agamben y Nietzsche: biopolítica, posthumanismo y biopoder*. Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas | 23 (2009.3).

RUIZ, Castor Bartolomé. *A economia e suas técnicas de governo biopolítico*. Revista **IHU On-Line**, ed. 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/L2PyO1>, acesso em 04-10-2013a.

\_\_\_\_\_. *Giorgio Agamben, controvérsias sobre a secularização e a profanação política*. Revista **IHU On-Line**, ed. 414, de 15-04-2013, disponível em <http://bit.ly/15oqZK7>, acesso em 21-08-2013b.

\_\_\_\_\_. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Revista **IHU On-Line**, ed. 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBMm8>, acesso em 04-10-2013a.

\_\_\_\_\_. *O campo como paradigma biopolítico moderno*. Revista **IHU On-Line**, ed. 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nPTZz3>, acesso em 04-10-2013b.

\_\_\_\_\_. *O estado de exceção como paradigma de governo*. Revista **IHU On-Line**, ed. 373, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nsUUuX>, acesso em 04-10-2013c.

SANDEL, Michael J. *O que o dinheiro não compra. Os limites morais do mercado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SERRATORE, Constanza. *La vida como continuo pontenciamento. La lectura de Esposito de la obra de Nietzsche*. Red de investigadores de biopolítica. CL. Universidad de Valencia. Disponível em <http://bit.ly/1gYJw5p>, acesso em 18-11-2013.

SUFFRIN, Pierre Héber. *O “Zaratustra” de Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SILVA, Mayara Annanda Samarine Nunes da. *Sobre a normatização da vida: um ensaio a partir de Nietzsche e Agamben*. Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, 2011.

TÜRCKE, Christoph. *O Louco. Nietzsche e a Mania da Razão*. Traduzido por Antônio C. P. de Lima. Petrópolis: Vozes, 1993.

VATTIMO, Gianni. *Diálogo con Nietzsche*. Barcelona: Paidós, 2002.

\_\_\_\_\_. *Introdução a Nietzsche*. Lisboa: Presença, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Fim da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VERSIGNASSI, Alexandre. *Uma breve história da economia – da Grécia Antiga ao Século XXI*. São Paulo: Leya, 2011.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. *A grande política em Nietzsche*. São Paulo: Annablume, 2006.

VOLPI, Franco. *O niilismo*. Trad. de Aldo Vannucchi. São Paulo: Loyola, 1999.

ZAMAGNI, Stefano. *Civilizar a economia*. Cadernos IHU Ideias nº 155, São Leopoldo, 2011.



## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 Ermani M. Fiori – *Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Thomas Kesselring* *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx

- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro

- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rôber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljénitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A phília como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingos
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva

- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”)* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Marièle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra



**Márcia Rosane Junges** possui graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (2000), pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil – Ulbra (2001) e mestrado em Filosofia pela Unisinos (2006), onde está atualmente cursando doutorado em Filosofia. Atualmente é professora tutora da Unisinos e jornalista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Tem

experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética, atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia, biopolítica, ética, memória e pensamento de Giorgio Agamben.

### **Algumas obras da autora**

JUNGES, M. R. *Giorgio Agamben, uma filosofia para compreender nosso tempo*. (Apresentação). Cadernos IHU em Formação, nº 45, Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Democracia agonística e radicalismo aristocrático: paradoxo nietzschiano*. Cadernos IHU em Formação, Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Deus e metafísica em Ockham e Nietzsche*. Controvérsia (UNISINOS), v. 1, p. 1, 2005.

### **Outras publicações**

GIACOIA, Oswaldo. *O mal como resultado do processo civilizatório moderno: entrevista* [24/03/2014]. Revista IHU On-Line, Ed. 438. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Márcia Rosane Junges.

KOTSKO, Adam. *A monstruosidade de Cristo. Paradoxo ou dialética: entrevista* [16/06/2014]. Revista IHU On-Line, Ed. 446. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Márcia Rosane Junges.

GIACOIA, Oswaldo. *Kant e Nietzsche e a autodeterminação como fundamento da autonomia: entrevista* [06/05/2013]. Revista IHU On-Line, Ed. 417. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Márcia Rosane Junges.

KOTSKO, Adam. *Zizek e a tentativa radical de repensar a tradição cristã: entrevista* [29/10/2013]. Revista IHU On-Line. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Márcia Rosane Junges.